



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Reestruturação produtiva da Amazônia brasileira frente a expansão do agronegócio e os territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais.

Antonio João Castrillon Fernández

ajcastrillon@gmail.com

UNEMAT

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Enquanto o crescimento da área cultivada com lavouras temporárias, com destaque para os cultivos de soja, na região amazônica foi superior a cem por cento, mais que duplicou; nas demais regiões foi inferior a trinta por cento. Tendência semelhante é verificada para a criação de animais. O número de bovinos aumentou em sessenta por cento, mais de vinte milhões de animais foram incorporados aos sistemas produtivos; nas demais regiões este crescimento foi de apenas dois por cento. Estas mudanças não expressam apenas o aumento ou redução da área cultivada e do volume de produção de determinados produtos, elas indicam uma ampla reestruturação dos processos de territorialização, que resultam de configurações específicas de uso e apropriação dos recursos naturais, bem como, de investimentos e tecnologias. A produção de milho é um exemplo característico dessas mudanças. De um lado, a área plantada e o volume produzido apresentaram expressivo crescimento, mas, por outro lado, reduziu de forma significativa o número de estabelecimento com registro desta atividade. O crescimento da produção ocorreu em Mato Grosso, mas a redução do número de unidades produtivas foi mais significativa em outras Unidades da Federação, gerando novas territorialidades da produção agropecuária. Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar e compreender de que maneira e sob quais condições de possibilidades, o crescimento das atividades agropecuárias em larga escala, usualmente denominadas de “agronegócio”, tem alterado os diferentes processos de territorialização da Amazônia, construídos ao longo do tempo por povos e comunidades tradicionais e, mais recentemente, pelos programas de colonização. O estudo se desenvolve pela análise das relações de interdependência que se estabelecem entre as diferentes atividades econômicas, procurando mapear as novas configurações produtivas na Amazônia e seus efeitos sobre os territórios tradicionalmente ocupados.

ABSTRACT

While the growth of the cultivated area with temporary crops, especially soybean crops, in the Amazon region was over one hundred percent, more than doubled; in the other regions it was less than thirty percent. Similar trend is verified for the production of animals. The number of cattle increased by sixty percent, more than twenty million animals were incorporated into the production systems; in other regions this growth was only two percent. These changes do not only express the increase or reduction of the cultivated area and the volume of production of certain products, they indicate a broad restructuring of the processes of territorialization, which result from specific configurations of use and appropriation of natural resources, as well as investments and technologies. Maize production is a typical example of such changes. On the one hand, the planted area and the volume produced showed significant growth, but, in turn, significantly reduced the number of establishments with record of this activity. Production growth occurred in Mato Grosso, but the reduction in the number of productive units was more significant in other Federative Units, generating new territorialities of agricultural production. Therefore, the objective of this work is to identify and understand in what way and under what conditions, the growth of agricultural activities on a large scale, usually denominated "agribusiness", has altered the different processes of



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

territorialization of Amazonia, especially of peoples and traditional communities. The study is developed by analyzing the relationships of interdependence that are established between the different economic activities, trying to map the new productive configurations in the Amazon and its effects on the territories traditionally occupied.

Palabras clave

Amazônia, Desenvolvimento Rural, Comunidades Tradicionais.

Keywords

Amazon, Rural Development, Traditional Communities.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Nas últimas décadas a região amazônica se consolidou como a principal frente de expansão da produção agropecuária brasileira. No período de 1990 a 2016, a área cultivada de soja no Brasil cresceu 188% (passando de 11,5 milhões para 21,7 milhões de hectares), na Amazônia Legal o 33% no Brasil e 339% na Amazônia Legal, se considerar a área das demais unidades da federação excluindo a Amazônia Legal, o crescimento da área plantada seria de apenas três por cento. A mesma tendência se verifica para a criação de bovinos. Enquanto o crescimento, no período, foi de 48% no território nacional, na região amazônica foi de 230%. Excluindo os estados que compõem a Amazônia Legal da soma das demais unidades da federação o crescimento é de apenas 10%.

A literatura explica a expansão mais acentuada da produção agropecuária na região amazônica, quando comparada com as regiões brasileiras, por uma maior disponibilidade de terras que podem ser adquiridas a preços relativamente mais baixos quando comparado com regiões já consolidadas. Soma-se a essa explicação, investimentos públicos em infraestrutura e incentivos fiscais vias políticas de crédito para empresas e grandes produtores.

Apesar da visibilidade projetada sobre os produtos e produtores de maior importância econômica, como é o caso da produção de grãos e criação de bovinos, a região amazônica é formada por processos específicos de territorialização de povos e comunidades tradicionais, constituídos em identidades coletivas, que definem formas específicas de uso e apropriação dos recursos naturais: povos indígenas, ribeirinhos, quebradeira de coco de babaçu, retireiros, extrativistas, posseiros e pequenos agricultores. Esse amplo espectro de identidades coletivas define a diversidade da agricultura familiar na Amazônia. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, de um total de 825 mil estabelecimentos, 87% são classificados na categoria de agricultores familiares, no entanto, ocupam apenas 22,5% da área total recenseada.

O objetivo deste trabalho é identificar e compreender de que maneira a expansão das atividades agropecuárias em larga escala, usualmente denominadas de “agronegócio”, tem alterado as dinâmicas produtivas e a organização de produção e reprodução dos agricultores familiares na Amazônia. Em outras palavras, o que muda nas condições de possibilidades de reprodução das formas familiares de produção com a expansão do agronegócio na região amazônica. O que implica analisar as condições materiais e simbólicas de mobilização de recursos pelas formas familiares de produção (terra, tecnologia, mercados, formas organizativas) em relação à consolidação e avanço da produção em larga escala.

II. Marco teórico/marco conceptual

O rápido crescimento da produção de grãos e de bovinos coloca a Amazônia como a principal frente de expansão das atividades agropecuárias brasileiras, com taxas de crescimento superiores à média nacional. No entanto, os novos arranjos produtivos não refletem apenas no aumento do volume da produção e da área cultivada com grãos, pastagens e outras atividades, eles mostram-se com grande capacidade de alterar os arranjos produtivos tradicionalmente constituídos por agricultores e extrativistas, seja pela expropriação territorial ou pela desarticulação das



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

configurações produtivas. Seguindo este caminho, objetivo do trabalho não é colocar em evidência o crescimento da produção agropecuária na Amazônia, o problema está em compreender como e de que maneira o crescimento da produção das *commodities* em larga escala vem alterando (promovendo mudanças) os processos de territorializações específicas de povos e comunidades tradicionais.

Em trabalho de campo realizado em 2010, na Terra Indígena Estrela da Paz, do povo Tikuna, município de Jutai, chamou atenção dos pesquisadores, entre eles o proponente deste artigo, o recebimento na comunidade de uma grande quantidade de frangos congelados, que seriam consumidos durante a realização de uma Oficina de Cartografia Social. A introdução de alimentos processados na dieta de comunidades rurais em substituição aos produtos locais não se restringe ao caso citado, ela se expande de uma maneira generalizada pela Amazônia, subindo por rios e igarapés. A pesquisa “Diversidade de hábitos alimentares no Brasil: uma abordagem isotópica”, coordenada por Luiz Antonio Martinelli – Cena/USP, aborda a mudança dos hábitos alimentares das populações ribeirinhas que vivem nas margens do rio Solimões e suas consequências nutricionais.¹ A substituição de alimentos locais por alimentos processados em complexos agroindustriais indica mudanças na estrutura de produção e na organização dos territórios de povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Procura-se compreender quais as possíveis relações que se estabelecem entre o crescimento da produção agropecuária em larga escala e a reorganização dos territórios tradicionalmente ocupados e suas formas de uso e apropriação dos recursos naturais.

Como hipótese a este problema, os dados dos Censos Agropecuários (IBGE, 1995 e 2006) indicam que, o avanço da produção de *commodities* agropecuária em larga escala, com destaque para as lavouras de grãos e para a criação de animais, tem favorecido mudanças dos processos de territorialização da Amazônia. Compreende-se como processo de territorialização as formas específicas de uso e apropriação dos recursos naturais, criados por diferentes grupos sociais que tradicionalmente ocupam regiões específicas da Amazônia, entre eles ribeirinhos, extrativistas, quebradeiras de coco-de-babaçu, piaçabeiros, camponeses, retireiros e outros, como também, por grupos de famílias que períodos recentes migraram de diferentes regiões do país inseridas direta ou indiretamente em programas de colonização. Este conceito é utilizado por ALMEIDA (2008, 2011) para associar as formas específicas de uso dos recursos naturais, praticados por povos e comunidades tradicionais, às identidades coletivas que se constroem em processo de luta por direitos identitários e territoriais. Sendo assim, a riqueza do conceito consiste em evidenciar a relação interdependência entre as atividades produtivas das famílias e das comunidades com processos de construção de territórios e identidades coletivas. Nestes casos, o sistema produtivo está diretamente vinculado à organização da vida social. Mudanças do padrão agrícola alteram de forma substancial as formas de uso e apropriação dos recursos naturais e a construção de territorialidades específicas a elas associadas.

A produção de milho é ilustrativa deste movimento de mudanças que o artigo procura demonstrar. Entre os anos de 1995 e 2006, a área cultivada cresceu aproximadamente cinquenta por cento e volume de produção duzentos por cento, valores que superam os índices nacionais. O

¹ MARCOS PIVETA. Frango no Solimões: ribeirinhos trocam o peixe com farinha pela ave congelada. **Pesquisa**, FAPESP, São Paulo, n. 185, p. 57-59, Julho de 2011.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

crescimento da produção foi acompanhado por um deslocamento geográfico das lavouras que migraram de várias UFs para Mato Grosso, responsável por setenta e cinco por cento da quantidade produzida na região amazônica. As lavouras de milho que apresentavam uma grande dispersão geográfica passaram a se concentrar nas regiões polos produtoras de soja, com redução significativa do número de estabelecimento com registro desta lavoura. Somente no período entre os dois últimos Censos, duzentos e vinte e cinco mil unidades produtivas deixaram de cultivar milho, especialmente os estabelecimentos menores de cem hectares. Verifica-se, portanto, que o mesmo movimento que proporciona o crescimento da produção reduz o número de produtores que praticam a atividade, de maneira mais expressiva nas UFs com predomínio de unidades de produção de base familiar, como é o caso dos estados do Maranhão, Pará e Rondônia (IBGE, 2017).

Fernandez (2014), ao analisar as mudanças ocorridas na dinâmica da produção agropecuária na região amazônica, a partir dos dados dos dois últimos Censos Agropecuários, demonstra que o crescimento da produção de grãos em larga escala, combinado com a expansão da pecuária de corte extensiva, produziu efeito direto sobre as formas familiares de produção, deslocando sistemas de produção diversificados para produção dependente de poucos ou único produtos, neste caso com predomínio da criação de animais.

Estudos realizados por Barbara Piperata e colaboradores identificaram mudanças no padrão alimentar de comunidades rurais ribeirinhas da Amazônia. As comunidades estudadas passaram a ingerir uma quantidade maior de alimentos industrializados. Para os autores, as mudanças do hábito alimentar são explicadas pelo aumento da dependência do mercado, tanto para a venda de trabalho, como assalariado, quanto para aquisição de alimentos. Soma-se a essas novas relações de trabalho o acesso às políticas públicas de distribuição de renda, como a Bolsa Família e aposentadorias (PIPERATA, 2007; PIPERATA et al, 2011).

A mudança no padrão alimentar das comunidades tradicionais na Amazônia, tal como constatado por Piperata e Piveta, expressa uma nova configuração produtiva das unidades familiares de produção. Além da redução do cultivo do milho, da mandioca, da banana, da criação de suínos e aves, produtos característicos da agricultura familiar, ocorre também mudanças no processo de territorialização dos grupos sociais. Observa-se que as territorialidades específicas são alteradas por um processo homogêneo de territorialização, com domínios e predomínios de lavouras em larga escala.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Para a caracterização da reestruturação produtiva da Amazônia e suas implicações sobre os territórios tradicionalmente ocupados, o trabalho utilizou como base de dados o Censo Agropecuário. As informações foram sistematizadas por tipos de produtos e produtores, de modo a permitir uma compreensão das principais mudanças ocorridas no período de 1995 e 2006.

Os dados foram organizados e sistematizados em planilhas de Excel, para geração de tabelas e gráficos, segundo temas selecionados. Todas as informações selecionadas foram aplicadas no programa ArcGis para geração de mapas temáticos, possibilitando analisar a dinâmica geográfica da produção agropecuária no período analisado.

Compreende-se que as categorias censitárias não são apropriadas aos estudos de processos de territorialização, de forma particular, aqueles envolvendo terras tradicionalmente ocupadas, onde a ocorrência do uso coletivo da terra, do trabalho ou dos recursos naturais contrapõe à idéia de unidade produtiva, cuja natureza é a indivizibilidade do estabelecimento; da mesma forma que, a relação de interdependência entre diferentes produtos e atividades (extrativismo, lavouras e criação de animais) contrapõe ao princípio de unidade indivisível do produto enquanto unidade censitária.

Os limites dos recursos metodológicos empregados nos censos para o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas são discutidos por Almeida (2008: 69) que, evidencia a restrição das categorias censitárias em não levar em “consideração as realidades localizadas e a especificidade dos diferentes processos de territorialização”. Frente estas considerações de caráter metodológico, procura-se priorizar nas análises sobre o avanço do agronegócio na Amazônia e os efeitos de desterritorialização de povos e comunidades tradicionais as principais mudanças ocorridas na produção de grãos, na criação de bovinos e nos produtos derivados do extrativismo, explorando as categorias de área planada, produção e número de estabelecimentos.

IV. Análisis y discusión de datos

A dinâmica das formas de ocupação da terra coloca em evidência um longo processo histórico de conversão de matas e florestas naturais em áreas agrícolas e de pastagens, com especificidades para regiões e unidades da federação. O crescimento das áreas de lavouras e de pastagens tem sido acompanhado de um processo de concentração dos ativos fundiários. Apesar das informações até aqui trabalhadas não permitir uma avaliação mais detalhada sobre a dinâmica do extrativismo vegetal no período intercensitário, pode-se inferir, preliminarmente, que a redução de áreas de matas nativas tenha causado restrição de práticas e manejos de recursos naturais por povos e comunidades tradicionais na Amazônia. As formas de uso da terra serão trabalhadas a partir de uma análise mais detalhada de cada um dos produtos selecionados.

Criação de animais

A criação de bovinos juntamente com a produção de grãos são as atividades que apresentam maiores taxas de crescimento na região amazônica. Entre 1995 e 2006, o número de bovinos cresceu 21,1 milhões de unidades (+ 59,3%), passando de 35,6 milhões para 56,7 milhões de animais. Na soma das demais regiões, excetuada a Amazônia, o número de bovinos reduziu de 117,4 milhões para 114,8 milhões de animais (-2,1%), ou seja, a expansão da pecuária brasileira



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ficou restrita à incorporação de novas áreas na região amazônica, que pode ser constatada pelo aumento da área cultivada com pastagens, que cresceu de 32,9 milhões para 42,0 milhões de hectares (27,3%).

A produção está distribuída por todas as Unidades da Federação, com maior concentração no estado de Mato Grosso, onde são criados 19,8 milhões de animais, seguido do Pará (13,3 milhões), Rondônia (9,4 milhões), Tocantins (6,0 milhões) e Maranhão (5,6 milhões). A representação gráfica aponta a tendência de expansão dos rebanhos bovinos do sul para o norte da região amazônica, tendo nas Mesorregiões Sul Amazonense, Norte Matogrossense, Sudoeste Paraense as principais áreas de crescimento.

Também é importante destacar algumas características da produção de frangos e suínos. Entre 1996 e 2006, a criação de frangos cresceu 100,6%, passando de 51,9 milhões para 104,6 milhões de animais. Este crescimento esteve concentrado praticamente no estado de Mato Grosso, onde o número de animais passou de 13 para 66 milhões de unidades. Tendência contrária ocorreu no estado do Maranhão, cujo plantel reduziu de 11,4 milhões para 7,7 milhões de unidades. Ao mesmo tempo em que cresceu a produção de animais, reduziu o número de estabelecimentos com registro de criação de aves: de 626,8 mil passou para 448,7 mil unidades (- 28,4%). A maior mudança ocorreu entre os estabelecimentos com menos de 10 hectares, com redução de 161 mil unidades (- 57%). Portanto, verifica-se uma mudança do padrão produtivo de aves, que espelha, de um lado, redução do número de estabelecimentos com registros de criação, de outro, aumentou a quantidade produzida nas regiões produtoras de grãos e em sistema de integração com agroindústria.

Para o mesmo período, a produção de suíno registrou uma redução de 1,22 milhões de animais: de 4,85 milhões para 3,59 milhões de unidades. Mato Grosso aparece como o principal produtor (1,29 milhões de cabeças), seguido do Pará (705 mil), Maranhão (699 mil) e Rondônia (317 mil animais). Exceto nos estados de Mato Grosso e Tocantins, onde o número de efetivos cresceu 92,4% e 16,2%, respectivamente, nas demais Unidades da Federação o número de animais sofreu uma significativa redução, somente no estado do Maranhão 1,23 milhões de animais deixaram de ser produzidos (de 1,23 milhões para 698 mil cabeças). Neste mesmo estado, 95,9 mil estabelecimentos deixaram de criar suínos (- 58,1%). Mudanças que atingem mais diretamente os estabelecimentos situados em menores estratos de área. Para aqueles com menos de 10 hectares a redução foi de 98,4 mil unidades (- 75,7%), ou seja, de 130 mil passou para 31,5 mil unidades, deixando de criar 1,14 milhões de animais (- 78,5%). Assim como a produção de frangos, a produção de suínos também registra uma mudança no padrão produtivo, onde a “produção doméstica” é substituída pela “produção integrada” às agroindústrias nas regiões produtoras de grãos.

Produção de grãos

A produção de grãos está concentrada nas atividades de arroz, feijão, milho e soja, que, juntos, representam 80% de toda área cultivada com produtos das lavouras temporárias. A soja, com 4,36 milhões de hectares, é o produto com maior extensão de área cultivada. Ao contrário do arroz, feijão e milho a sua história é recente na Amazônia. Os primeiros plantios foram introduzidos no estado de Mato Grosso, nos anos de 1970, por agricultores migrantes do Sul do Brasil. Somente no



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

período intercensitário (1995 a 2006) a área cultivada cresceu 141%, ou seja, ampliação de 2,25 milhões de hectares.

O cultivo está concentrado em algumas regiões específicas da Amazônia, em áreas com vegetação de cerrados e florestas com predomínio de solos profundos e relevo plano, características de planaltos e altiplanos. Mato Grosso é o principal estado produtor, com 88,6% da área cultivada, seguido do Maranhão (6,3%), Tocantins (3,5%), Rondônia (1,2%) e Pará (0,4%). No caso específico de Mato Grosso, a produção ocorre, predominantemente, na região do planalto dos parecis, mesorregião norte mato-grossense, áreas de domínio tradicional dos povos xavantes, suyás, pareci e outros (Villas Bôas; Villas Bôas 1994).

Ao contrário da soja, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, são produtos tradicionalmente cultivados na Amazônia e incorporados à cultura, alimentação e relação de trocas das comunidades que habitam a região, em outras palavras, são produtos que compõem processos de territorialização específicos produzidos por povos e comunidades tradicionais. Entre 1995 e 2006, a área cultivada de milho cresceu 46,5%, passando de 1,13 milhões para 1,65 milhões de hectares. Crescimento maior foi observado no volume da produção, que passou de 1,80 milhões para 5,46 milhões de toneladas (+204%).

O crescimento da produção foi acompanhado de uma redução significativa do número de produtores. Em 1995 eram 437 mil, em 2006 reduziu 213 mil, ou seja, 224 mil estabelecimentos na Amazônia deixaram de cultivar milho, atingindo mais diretamente aqueles com até 100 hectares, que passaram de 357 mil para 167 mil, redução de 190 mil unidades produtoras. Somente no estado do Maranhão 117,5 mil unidades deixaram de cultivar milho, destas 108 mil eram estabelecimentos com menos de 100 ha. Tendência que se verifica para as demais unidades da federação.

Em 1995 os cultivos estavam mais dispersos na região e abrangia um maior número de estabelecimentos. Em 2006, apesar do aumento da área cultivada, os plantios passaram a se concentrar em alguns polos produtores, especialmente no estado de Mato Grosso, responsável por 75,5% da produção, coincidindo com as áreas produtoras de soja e criação de frangos e suínos. Portanto, o que muda não é apenas a extensão da área cultivada, mas, fundamentalmente, a estrutura produtiva, cada vez mais concentradora e centralizadora de capitais e recursos naturais, gerando novos processos de territorialização em territórios tradicionalmente ocupados.

Juntamente com o milho, a mandioca é o produto cultivado em maior número de estabelecimentos rurais, são 213,5 mil unidades produtivas, que juntas cultivam 881 mil ha. No período intercensitário, a área cultivada cresceu 121,6% e a produção 11,8%, passando de 3,09 milhões para 3,46 milhões de toneladas. No entanto, o número de estabelecimento com registro de cultivo reduziu de 329,7 mil para 213,5 mil unidades, isto é, 116 mil estabelecimentos deixaram de cultivar mandioca na região amazônica, apesar de mantido a quantidade produzida e aumentado a área cultivada.

A área cultivada cresceu de forma mais expressiva nos estados do Pará (+189 mil ha), Maranhão (+ 186 mil ha) e Amazonas (+ 89 mil ha). No entanto, estas mesmas unidades da federação registraram as maiores reduções quanto ao número de estabelecimento com cultivo de mandioca: Maranhão (- 52 mil), Pará (- 34 mil) e Amazonas (- 23 mil). O maior impacto desta redução ocorreu em estabelecimentos com menos 100 ha, onde o número de produtores reduziu de 302 mil para 174 mil unidades, ou seja, redução de 128 mil unidades produtoras. Mesmo com estas



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mudanças, as lavouras de mandioca mantêm-se amplamente distribuídas no território da Amazônia Legal: presente em 50% dos estabelecimentos do estado do Amazonas, 30% do estado do Pará e 27% do estado do Maranhão.

A agricultura de base familiar na Amazônia, onde se encontram as formas tradicionais de produção, é formada por uma complexa relação de interdependência entre produtos e atividades. Neste caso, as mudanças do padrão produtivo estimuladas pelo avanço das atividades ligadas ao agronegócio tende, direta ou indiretamente, por meio da ocupação dos territórios e/ou mudanças das configurações produtivas, alterar as condições de possibilidades de construção dos processos de territorialização específicas de povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Situação que pode ser constatada na redução do número de estabelecimentos, com menos de 100 ha, que cultivam arroz, feijão, milho, mandioca e outros produtos importantes na composição da estrutura organizativa das comunidades rurais. A seguir serão realizadas algumas considerações sobre o extrativismo vegetal, procurando identificar possíveis relações com as mudanças da produção agrícola e pecuária em curso.

Extrativismo Vegetal

O Censo Agropecuário de 2006 registrou a ocorrência de 25 produtos derivados do extrativismo vegetal na Amazônia. Cada um deles apresenta características específicas de uso e manejo, podendo ocorrer, mas não necessariamente, de forma comum, cujo controle se dá, segundo Almeida (2008: 118), “através de normas específicas, combinando uso comum dos recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social”. As diferentes formas de uso e manejo dos recursos naturais provenientes do extrativismo podem expressar identidades coletivas específicas, tais como, babaqueiras, extrativistas, peconheiras, açazeiros e outros grupos sociais que se reinventam a partir de formas tradicionais de uso dos seus territórios e recursos.

O avanço de atividades ligadas ao agronegócio tem gerado, em muitas situações, conflitos territoriais, como ocorre com a expansão da pecuária no sul do Amazonas em áreas de comunidades extrativistas (MATHEUS; MENEZES, 2009), no Vale do Araguaia (Mato Grosso) em territórios tradicionalmente ocupados por Retireiros (FERNANDEZ; MENEZES, 2009), em comunidades quilombolas do Leste Maranhense, (GAIOSO, et. all.) e comunidades extrativistas do Oeste Maranhense e Norte de Tocantins, entre tantos outros territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais na Amazônia, provocando insegurança, desarticulação de organizações sociais e mudanças das complexas configurações produtivas, que envolvem o extrativismo, as lavouras e a criação de animais. Estas mudanças, decorrentes dos conflitos territoriais, mas também da alteração dos padrões produtivos da região, não aponta, necessariamente, para o desaparecimento das formas tradicionais de ocupação, antes, para muitas comunidades, a identidade do grupo social se constrói e fortalece nos processos de luta e reivindicação, no entanto, como será apresentado nos dados sobre extrativismos, algumas mudanças estão curso.

No caso das quebradeiras de coco do babaçu, a extração da amêndoa apresentou uma significativa redução do volume produzido, que passou de 119 mil para 72,2 mil toneladas entre 1995 e 2006. Por outro lado, a extração do coco (inteiro) cresceu de 1,4 mil para 246,2 mil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

toneladas. Acompanhando estas mudanças, o número de unidades com registro de extração de amêndoa reduziu de 113,8 mil para 39,9 mil unidades (-74%); por sua vez, o número de unidades com registro de extração do coco inteiro cresceu de 519 para 22,9 mil unidades. No seu conjunto, extração de coco e amêndoa, a soma dos estabelecimentos sofreu uma importante redução: de 114,3 mil para 62,8 mil unidades (IBGE, 2017). Este deslocamento da extração da amêndoa para coco (inteiro) pode estar associado à presença das carvoeiras nos babaquais.

Ao contrário do babaçu, o extrativismo de açaí apresentou crescimento tanto no volume de produção quanto do número de unidades produtivas. No período de 1995 a 2006, a produção cresceu 75,9%, passando de 151,9 mil para 267,1 mil toneladas, com concentração predominante no estado do Pará. Já o número de estabelecimento cresceu apenas 3,4%: de 39,6 mil para 41,4 mil unidades. Este aumento está associado à ampliação do mercado consumidor nas regiões sul, sudeste e centro-oeste

A partir dos dados dos últimos dois censos agropecuários, 1995 e 2006, pode-se aferir que, os diferentes produtos do extrativismo vegetal apresentam características específicas quanto dinâmica de crescimento ou retração. Alguns deles são marcados pelo aumento do volume de produção e das unidades produtivas, como no caso do açaí, andiroba, buriti, mururu; outros, pelo crescimento da produção associado à redução do número de famílias extrativistas, como no caso do babaçu, castanha-do-pará, cupuaçu e a lenha; ainda, encontra-se aqueles com redução de produção e unidades extrativas, como acontece com a seringa e o palmito de açaí. Cada um dos quais situam em configurações produtivas e processos de territorializações específicos, em que a dinâmica do mercado, os conflitos territoriais, a destruição dos recursos naturais, o acesso à políticas de crédito e infra-estrutura podem contrair ou ampliar a produção.

As Cartografias Sociais construídas por povos e comunidades tradicionais na Amazônia, no âmbito no Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA), colocam em evidência as complexas relações de interdependência entre as diferentes atividades desenvolvidas em seus territórios, para quem, o extrativismo vegetal não está dissociado das roças (mandioca, milho, banana etc), do artesanato, da pesca, da criação de animais e outras atividades. Frente estas considerações cabe-se questionar: quais são os efeitos das mudanças dos padrões produtivos que vêm ocorrendo na Amazônia nas últimas décadas, estimulados pelo avanço do agronegócio, para os processos de territorialização específicos de povos e comunidades tradicionais? Dizendo em outros termos, quais os efeitos diretos e indiretos causados pela expansão do agronegócio sobre os territórios tradicionalmente ocupados?

V. Conclusiones

A base de dados do Censo Agropecuário, disponibilizada no endereço eletrônico do IBGE, não permite uma análise mais conclusiva sobre os efeitos do agronegócio sobre os territórios tradicionalmente ocupados. No entanto, permite relacionar atividades que são predominantemente de domínios de povos e comunidades tradicionais, como o extrativismo associado à produção agrícola e criação de animais, e atividades relacionadas ao agronegócio.

Entre 1995 e 2006, a taxa de crescimento de produção de grãos e criação de bovinos da amazônia foi superior à média das demais regiões brasileiras, caracterizando a região como uma



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

frente de expansão agropecuária, cuja característica, sobretudo, foi a conversão de matas e florestas naturais em áreas de lavouras e pastagens plantadas.

Ao avanço do desmatamento estão associados os novos padrões produtivos dinamizados pelo agronegócio, que não resultam apenas na ampliação da área cultivada e da quantidade produzida de determinados produtos, eles definem novas territorializações produtivas com efeitos diretos e indiretos sobre territórios de povos e comunidades tradicionais, de onde decorrem os conflitos territoriais e a obstrução do uso dos recursos naturais. No entanto, a implantação de um novo modelo produtivo, concentrador e centralizador de capital e recursos naturais, implica, também, mudanças nas configurações produtivas em territórios tradicionalmente ocupados. Que podem ser exemplificadas pelas mudanças ocorridas com as lavouras de milho.

Trata-se, portanto, de uma nova territorialidade da produção agrícola e pecuária, que altera processos de territorialização anteriores. Em outras palavras, a redução de estabelecimentos com cultivos de milho, arroz, feijão, mandioca, em decorrência de um novo modelo que se impõe, implica negativamente sobre a composição de produtos que está associado o extrativismo e outras atividades praticadas pelas comunidades tradicionais.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ALMEIDA, A. W. B. de. *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA, 2011.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

COSTA, L. S. et. all. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Ribeirinhos, extrativistas e agricultores da Associação das Comunidades do Lago do Antonio**. Humaitá/AM. Manaus: UEA Edições, 2009.

COSTA, L. S. et. all. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. *Ribeirinhas da Várzea do Parauá e costa do Canabuoca*. Mulheres guerreiras! Manaus: 2007.

FERNÁNDEZ, A. J. C. *Caracterização e análise da dinâmica da produção agropecuária da Amazônia brasileira: uma análise a partir do Censo Agropecuário de 2006*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

FERNANDEZ, A. J. C.; MENEZES, E. S. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Povo Indígena Kanela do Araguaia*. Manaus: UEA Edições, 2009.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos, et.all. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Quilombolas de Coelho Neto*. São Luiz/MA, 2007.

IBGE. Censo Agropecuário 1995 e 2006. Brasília: IBGE. Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: setembro de 2017.

MARCOS PIVETA. Frango no Solimões: ribeirinhos trocam o peixe com farinha pela ave congelada. *Pesquisa*, FAPESP, São Paulo, n. 185, p. 57-59, Julho de 2011.

MATHEUS, M; MENEZES, T. Nova Cartografia Social da Amazônia. *Comunidade extrativista da Resex de Ituxi lutando por uma vida melhor*. Lábrea/AM: UEA Edições, 2009.

PIPERATA, B. A. et all. The Nutrition Transition in Amazonia: rapid economic change and its impact on growth and development in Ribeirinhos. *American Journal of Physical Anthropology*, 146: 1-13, 2011.

PIPERATA, B. A. Nutritional Status os Ribeirinhos in Brazil and the Nutrition Transition. *American Journal of Physical Anthropology*, 133: 868-878, 2007.